

COMPANHIA AUXILIAR DE ARMAZÉNS GERAIS

CNPJ/MF nº 61.145.488/0001-30
RELATÓRIO DA DIRETORIA

à apreciação de Vossas Senhorias as Demonstrações Financeiras em 31 de março de 2020. A Diretoria coloca-se à disposição dos Senhores Acionistas para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais que eventualmente considerem necessários.

coloca-se à disposição dos Senhores Acionistas para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais que eventualmente considerem necessários.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE MARÇO DE 2020 E 2019 (Em milhares de Reais)			
	Nota	2020	2019
Ativo			
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	69.155	71.120
Contas a receber de clientes	7	19.951	19.834
Estoques	8	11.749	8.702
Impostos e contribuições a recuperar		7.034	10.354
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		4.241	2.382
Adiantamentos a fornecedores		174	463
Instrumentos financeiros derivativos não realizados	15	8.512	193
Outras contas a receber		5.490	7.135
Total do ativo circulante		126.306	120.183
Ativo não circulante			
Ativo fiscal diferido	9	963	-
Depósitos judiciais	14	16.156	15.155
Instrumentos financeiros derivativos não realizados	15	16.955	239
Partes relacionadas	16	-	19
Investimentos	10	4.104	1.870
Imobilizado	11	295.189	303.338
Direito de uso em arrendamento	11	30.578	-
Total do ativo não circulante		363.945	320.621
Total do ativo		490.251	440.804

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2020 E 2019 (Em milhares de Reais)						
	Capital social	Reserva legal	Retenção de lucros	Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
Em 2018	52.657	6.862	166.818	10.498	-	236.835
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	43.533	43.533
Resultados abrangentes do período:						
Hedge do fluxo de caixa líquido	-	-	-	1.321	-	1.321
Destinação do lucro:						
Reserva legal	-	2.177	-	-	(2.177)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(10.339)	(10.339)
Retenção de lucro	-	-	31.547	-	(31.547)	-
Realização do custo atribuído	-	-	-	(530)	530	-
Em 2019	52.657	9.039	198.365	11.289	-	271.350
Distribuição de dividendos conforme AGE de 11 de março de 2020	-	-	(186.000)	-	-	(186.000)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	26.717	26.717
Resultados abrangentes do exercício:						
Hedge de fluxo de caixa líquido	-	-	-	(1.048)	-	(1.048)
Hedge accounting de Swap	-	-	-	(2.889)	-	(2.889)
Destinação do lucro:						
Reserva legal	-	1.335	-	-	(1.335)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(6.345)	(6.345)
Retenção de lucro	-	-	19.567	-	(19.567)	-
Realização do custo atribuído	-	-	-	(530)	530	-
Em 2020	52.657	10.374	31.932	6.822	-	101.785

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

1. Contexto operacional

A Companhia Auxiliar de Armazéns Gerais ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado que tem suas operações concentradas no terminal portuário de Santos, no Estado de São Paulo. Possui como atividade preponderante a armazenagem e operação de terminais de exportação de açúcar e de outros produtos de origem vegetal, bem como o exercício das atividades de operador portuário. **Impacto do Coronavírus (COVID-19) nas Demonstrações financeiras:** A epidemia de COVID-19 trouxe aos mercados em geral (financeiro, de câmbio e de commodities) significativa volatilidade, com impactos diretos de redução de consumo e também um clima de grande incerteza sobre o futuro. Por ter tido início de maneira mais relevante no Brasil, somente na segunda quinzena de Março/2020 (último mês da safra), teve pouco efeito nas operações da Companhia, que continuou operando normalmente. Mesmo assim, uma série de ações foram tomadas de maneira imediata pela Companhia, para um gerenciamento estruturado do ambiente de negócios neste contexto. Foi constituído um comitê de contingência, além da viabilização do trabalho remoto para os funcionários administrativos e os times de operação totalitários de forma a garantir a continuidade das operações, atendendo rigorosas medidas estabelecidas para preservar a saúde e o bem estar de todos. Dentre as quais, merecem destaque: • Afastamento de colaboradores pertencentes ao grupo de risco; • Afastamento de colaboradores com sintomas gripais; • Comunicação reforçada relacionada a ações preventivas e de higiene, não só no ambiente de trabalho, mas nas residências dos funcionários; • Entrega de kits de higiene para as famílias; • Implementação de check-in diário dos funcionários "on-line" para triagem e mapeamento da equipe de medicina do trabalho; • Aferição da temperatura corporal de todos os colaboradores e prestadores de serviços na chegada ao Terminal; • Alteração do processo de troca de turno a fim de evitar aglomerações; • Implantação de sistema de rodízio para uso dos vestiários e dos refeitórios, mantendo o distanciamento físico adequado; • Obrigatoriedade na utilização de máscaras para todos os colaboradores dentro do terminal e orientação para a utilização e descarte de máscaras de forma adequada; • Monitoramento de sintomas por meio da equipe de Medicina do Trabalho; e • Adiantamento da campanha de vacinação contra a gripe para todos os colaboradores. A direção da Companhia acompanha atentamente a todos os eventos e desdobramentos relacionados ao COVID-19 tomando as medidas necessárias para a apropriada gestão e minimização de potenciais impactos aos negócios.

2. Entidade da Companhia

Sugar Express Transportes S.A.: A Companhia detém 100% da Sugar Express Transportes S.A. que é responsável pelo transporte rodoviário de açúcar e etanol.

3. Base de preparação

a. Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). A emissão das demonstrações financeiras foi aprovada pela Diretoria em 29 de maio de 2020. Detalhes sobre as políticas contábeis da Companhia estão apresentados na Nota Explicativa nº 5. Este é o primeiro conjunto de demonstrações financeiras anuais da Companhia no qual o CPC 06 (R2)/IFRS 16 - Arrendamentos foram aplicados. As mudanças relacionadas nas principais políticas contábeis estão descritas na Nota Explicativa nº 5. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. Considerando que a controladora final, Copersucar S.A., apresentou demonstrações financeiras consolidadas incluindo todas as controladas da Companhia, não estão sendo apresentadas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e suas controladas em 31 de março de 2020 em conformidade com o CPC 36 (R3) demonstrações consolidadas. **b. Moeda funcional e moeda de apresentação:** Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **c. Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos, use estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados nos ativos, passivos, receitas e despesas. Contudo, a incerteza relativa a esses julgamentos, premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeriam um ajuste significativo ao valor contábil de certos ativos e passivos em exercícios futuros. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. As principais estimativas, premissas e julgamentos contábeis significativos são: vida útil do ativo imobilizado (Nota Explicativa nº 5 h.iii), ativos e passivos fiscais diferidos (Nota Explicativa nº 9), provisão para contingências (Nota Explicativa nº 14), instrumentos financeiros (Nota Explicativa nº 15) e arrendamentos mercantis operacionais (Nota Explicativa nº 13 b). **d. Mensuração do valor justo:** Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia requerem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. A Companhia utiliza dados observáveis de mercado, tanto quanto possível, e os valores justos são classificados hierarquicamente, conforme técnicas de avaliação da seguinte forma: **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos. **Nível 2:** *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). Para este exercício social não há avaliações a valor justo realizadas pela Companhia que se enquadram no Nível 3 definido pelo CPC 40 (item 2.7 c.a.). A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças. Quando aplicáveis os valores justos, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração são divulgadas em notas explicativas específicas àquela ativo ou passivo.

4. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado e do imobilizado com adoção do custo atribuído, reconhecidos nos balanços patrimoniais.

5. Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras em consonância com os pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), exceto nos casos indicados em contrário. **a. Mudança nas principais políticas contábeis:** Este é o primeiro conjunto de demonstrações financeiras anuais da Companhia no qual o CPC 06 (R2) - Arrendamentos foram aplicados. Mudanças nas principais políticas contábeis estão descritas na Nota Explicativa nº 5 n. **(i) Aspectos gerais:** O CPC 06 (R2) introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções opcionais estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais. O CPC 06 (R2) substituiu as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (R1) Operações de Arrendamento Mercantil e o ICP 03 Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil e é efetiva, no caso da Companhia a partir de 1º de abril de 2019. A luz da referida norma contábil, o impacto mais significativo identificado foi que a Companhia reconheceu ativos e passivos para os seus arrendamentos, anteriormente reconhecidos como operacionais, relacionados aos arrendamentos da área localizada no Porto de Santos e locação de equipamentos para armazenagem. Além disso, a natureza das despesas relacionadas a esses arrendamentos foi alterada, pois o CPC 06 (R2) substituiu a despesa linear de arrendamento operacional por despesas de depreciação do direito de uso e juros sobre os passivos de arrendamento. **(ii) Transição:** A Companhia aplicou inicialmente o CPC 06 (R2) a partir de 1º de abril de 2019. A Companhia adotou o CPC 06 (R2) utilizando a abordagem retrospectiva com efeito cumulativo, conforme apêndice (C)(C5) item (b) e (C7) da norma, na qual o efeito cumulativo da aplicação inicial é reconhecido no saldo de abertura dos lucros acumulados em 1º de abril de 2019. Consequentemente, as informações comparativas apresentadas para 2018 não estão representadas - ou seja, são apresentadas, conforme reportado anteriormente, de acordo com o CPC 06 (R1) e interpretações relacionadas. Os detalhes das mudanças nas políticas contábeis estão divulgados abaixo. Além disso, os requerimentos de divulgação no CPC 06 (R2) em geral não foram aplicados a informações comparativas. Adicionalmente, os seguintes principais expedientes práticos foram utilizados para a transição aos novos requerimentos de contabilização de arrendamentos: (a) aplicação do CPC 06 (R2) a todos os contratos celebrados antes de 1º de abril de 2019 que eram identificados como arrendamentos de acordo com CPC 06 (R1) e interpretações relacionadas; (b) não foi realizado o reconhecimento dos contratos com prazo de encerramento dentro do período de 12 meses a partir da data da adoção inicial da norma ou com prazos indeterminados; (c) foram consideradas as opções de prorrogação de prazo ou rescisão, quando aplicável, (d) não foi realizado o reconhecimento dos contratos, cujo ativo subjacente era considerado de baixo valor. Os impactos da adoção da norma estão demonstrados no Balanço Patrimonial e notas explicativas 11 b) e 13 b), uma vez que não havia arrendamentos registrados no exercício anterior.

	Saldo anterior 01/04/2019	Ajuste adicional do CPC 06 (R2)	Saldo após adoção Inicial 01/04/2019
Ativo			
Circulante	120.183	-	120.183
Total do ativo circulante	120.183	-	120.183
Não circulante			
Ativo imobilizado (direito de uso)	-	34.689	34.689
Ativo imobilizado	303.338	-	303.338
Outros ativos	17.283	-	17.283
Total do ativo não circulante	320.621	34.689	355.310
Total do Ativo	440.804	34.689	475.493
Passivo			
Circulante			
Passivo de arrendamento	-	5.015	5.015
Demais passivos	69.813	-	69.813
Total do passivo circulante	69.813	5.015	74.828
Não circulante			
Passivo de arrendamento	-	29.675	29.675
Demais passivos	99.641	-	99.641
Total do passivo não circulante	99.641	29.675	129.316
Patrimônio líquido	271.350	-	271.350
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	440.804	34.689	475.493

A vida útil do arrendamento no porto de Santos é de 17 anos e os demais de equipamentos é de 3 anos. Ao mensurar os passivos de arrendamento para arrendamentos classificados como operacionais, a Companhia descontou os pagamentos utilizando a taxa incremental sobre empréstimos seguindo a mesma *Duration* de cada contrato, cuja taxa média ponderada é de 8,65%. **b. Receita operacional:** A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado com base no estágio de conclusão do serviço na data de apresentação das demonstrações financeiras. O estágio de conclusão é avaliado por referência ao término dos embarques efetuados. **c. Receitas financeiras e despesas financeiras:** As receitas financeiras compreendem, substancialmente, receitas de juros de aplicações financeiras e variações credoras no valor justo de instrumentos financeiros utilizados na proteção a risco de moeda e

	Nota	2020	2019
Passivo			
Passivo circulante			
Fornecedores	12	9.942	10.323
Empréstimos e financiamentos	13	55.277	14.322
Passivo de arrendamento		1.841	-
Obrigações sociais e trabalhistas		6.645	6.913
Provisão de imposto de renda e contribuição social		17.264	23.565
Impostos e contribuições a recolher		818	755
Adiantamentos a clientes		-	4
Dividendos a pagar	16	6.345	10.339
Instrumentos financeiros derivativos não realizados	15	2.494	1.377
Outras contas a pagar		716	2.215
Total do passivo circulante		101.342	69.813
Passivo não circulante			
Empréstimos e financiamentos	13	239.936	77.002
Passivo de arrendamento	13	29.796	-
Provisão para contingências	14	16.867	19.616
Partes relacionadas	16	47	74
Passivo fiscal diferido	9	-	2.541
Outras contas a pagar		478	408
Total do passivo não circulante		287.124	99.641
Patrimônio líquido			
Capital social		52.657	52.657
Reserva legal		10.374	9.039
Retenção de lucros		31.932	198.365
Ajuste de avaliação patrimonial		6.822	11.289
Total do patrimônio líquido	17	101.785	271.350
Total do passivo		388.466	169.454
Total do passivo e patrimônio líquido		490.251	440.804

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2020 E 2019 (Em milhares de Reais)						
	Capital social	Reserva legal	Retenção de lucros	Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
Em 2018	52.657	6.862	166.818	10.498	-	236.835
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	43.533	43.533
Resultados abrangentes do período:						
Hedge do fluxo de caixa líquido	-	-	-	1.321	-	1.321
Destinação do lucro:						
Reserva legal	-	2.177	-	-	(2.177)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(10.339)	(10.339)
Retenção de lucro	-	-	31.547	-	(31.547)	-
Realização do custo atribuído	-	-	-	(530)	530	-
Em 2019	52.657	9.039	198.365	11.289	-	271.350
Distribuição de dividendos conforme AGE de 11 de março de 2020	-	-	(186.000)	-	-	(186.000)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	26.717	26.717
Resultados abrangentes do exercício:						
Hedge de fluxo de caixa líquido	-	-	-	(1.048)	-	(1.048)
Hedge accounting de Swap	-	-	-	(2.889)	-	(2.889)
Destinação do lucro:						
Reserva legal	-	1.335	-	-	(1.335)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(6.345)	(6.345)
Retenção de lucro	-	-	19.567	-	(19.567)	-
Realização do custo atribuído	-	-	-	(530)	530	-
Em 2020	52.657	10.374	31.932	6.822	-	101.785

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Em milhares de Reais)

juros, assim como ganhos realizados na liquidação de tais instrumentos. A receita de juros é reconhecida no resultado, por meio do método dos juros efetivos. As despesas financeiras compreendem, substancialmente, despesas com juros sobre empréstimos e imposto de renda sobre os juros, variações de débito no valor justo de instrumentos financeiros utilizados na proteção a risco de moeda e juros, assim como perda na liquidação de tais instrumentos financeiros. **d. Equivalência patrimonial:** A informação financeira da controlada é reconhecida por meio do método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras da Companhia. **e. Moeda estrangeira: (ii) Transações em moeda estrangeira:** As transações em moeda estrangeira são convertidas para Reais (moeda funcional da Companhia) utilizando as taxas de câmbio nas datas das transações. Os saldos das contas de balanço em moeda estrangeira são convertidos pelas taxas de câmbio em vigor na data de encerramento das demonstrações financeiras, e os ganhos ou perdas de variação cambial são reconhecidos no resultado financeiro. As diferenças de moedas estrangeiras são reconhecidas no resultado do exercício. **f. Benefícios a empregados: (i) Planos de contribuição definida:** A Companhia oferece a seus colaboradores um plano de Previdência Privada de Contribuição Definida, com o objetivo de assegurar às pessoas a possibilidade de acumularem recursos que garantam uma renda mensal no futuro, possibilitando que o empregado mantenha um padrão de vida digno após a aposentadoria. O plano de previdência da Companhia é acessível a todos os colaboradores e administradores, de forma facultativa. O empregado que optar por aderir ao plano poderá optar por duas modalidades: 1- Plano Gerador de Benefício Livre (PGBL) ou 2- Vida Gerador de Benefício Livre (VGBL). Pelas regras aprovadas do plano, o empregado pode participar através de contribuições básicas ou suplementares, e a Companhia contribui em paridade com as contribuições básicas que o empregado fizer, até o limite de 6% do salário de contribuição. Adicionalmente, o empregado poderá fazer contribuições extraordinárias, que não têm contrapartida pela Companhia. **(ii) Participação nos lucros e bônus:** A participação dos colaboradores nos lucros e a remuneração variável dos executivos estão vinculadas ao alcance de metas operacionais e financeiras. A Companhia reconhece um passivo e uma despesa alocados ao custo de produção e às despesas gerais e administrativas, quando atingidas essas metas. **g. Imposto de renda e contribuição social:** O imposto sobre a renda é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$ 240 no exercício de 12 meses, já a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável, reconhecido pelo regime de competência. Além disso, pode-se efetuar a compensação de prejuízos fiscais e de base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável anual. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado, exceto itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos. **(i) Imposto corrente:** O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber sobre o lucro real ou prejuízo fiscal do exercício, bem como qualquer ajuste aos impostos a pagar de exercícios anteriores, às alíquotas supramencionadas. **(ii) Imposto diferido:** O imposto diferido é calculado sobre prejuízos fiscais e base de cálculo negativa de contribuição social, bem como sobre as diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido na medida em que seja provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de elaboração das demonstrações financeiras e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável. **(iii) Exposições fiscais:** Na determinação do imposto de renda corrente e diferido a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas a posições fiscais tomadas. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada com relação a todos os exercícios fiscais em aberto, baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas e pode envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem se tornar disponíveis, levando a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação das provisões existentes e, consequentemente, impactar a despesa com imposto de renda no exercício em que forem realizadas. **h. Estoques:** Os estoques são avaliados com base no custo histórico de aquisição, acrescidos de gastos relativos a transportes, armazenagens e impostos não recuperáveis. Os valores de estoques contabilizados não excedem o valor de mercado. **i. Imobilizado: (iv) Reconhecimento e mensuração:** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzidos de depreciação e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos inclui: materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condições necessárias de operação, desmontagem e restauração do local onde esses ativos estão localizados; e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas operacionais no resultado. **(v) Custos subsequentes:** O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados ao componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repositado por outro e o custo de manutenção são contabilizados no resultado do exercício conforme incorrido. **(vi) Depreciação:** Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso, ou, no caso de ativos construídos internamente, a partir do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para uso. A depreciação é reconhecida no resultado utilizando-se do método linear em relação às vidas úteis estimadas. A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituído do custo, deduzido do valor residual. As taxas médias anuais ponderadas estimadas para os exercícios corrente e comparativo são as seguintes:

	2020 e 2019
Máquinas e equipamentos	5,28%
Equipamentos de processamento de dados	24,98%
Móveis e utensílios	7,13%
Veículos	9,06%
Benefitárias em propriedade de terceiros	4,69%

O método de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revisados a cada encerramento de exercício e ajustados caso seja apropriado. **h. Instrumentos financeiros: (i) Reconhecimento e mensuração inicial:** O contas a receber de clientes e os empréstimos e financiamentos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente

11. Imobilizado e Direito de uso

	Construções e benfeitorias		Máquinas e equipamentos	Equipamentos de processamento de dados	Móveis e utensílios	Veículos	Benfeitorias em propriedade de terceiros	Bens em construções	Total
	Terrenos								
Custo									
Em 2018	5.433	15.912	157.715	3.544	496	732	257.392	11.330	452.554
Adições	-	-	562	23	108	47	-	5.539	6.279
Alienações	-	-	(747)	(9)	-	-	(105)	(12)	(873)
Transferências	-	754	5.963	-	-	-	2.402	(9.119)	-
Em 2019	5.433	16.666	163.493	3.558	604	779	259.689	7.738	457.960
Adições	-	-	1.137	145	112	-	17	10.500	11.911
Alienações	-	-	-	-	-	(104)	-	-	(104)
Transferências	-	-	5.610	-	-	-	1.824	(7.434)	-
Em 2020	5.433	16.666	170.240	3.703	716	675	261.530	10.804	469.767
Depreciação									
Em 2018	-	(69)	(71.140)	(1.873)	(151)	(175)	(61.818)	-	(135.226)
Depreciações do exercício	-	(1.066)	(6.505)	(1.110)	(48)	(209)	(10.634)	-	(19.572)
Alienações	-	-	153	7	-	-	16	-	176
Em 2019	-	(1.135)	(77.492)	(2.976)	(199)	(384)	(72.436)	-	(154.622)
Depreciações do exercício	-	(863)	(7.466)	(449)	(57)	(74)	(11.087)	-	(19.996)
Alienações	-	-	-	-	40	-	-	-	40
Em 2020	-	(1.998)	(84.958)	(3.425)	(256)	(418)	(83.523)	-	(174.577)
Valor contábil líquido									
Em 2019	5.433	15.531	86.001	582	405	395	187.253	7.738	303.338
Em 2020	5.433	14.668	85.282	278	460	257	178.007	10.804	295.189

b) **Direito de uso:** A Companhia reconheceu ativos de direito de uso na transição para o CPC 06 (R2)/IFRS 16, segue quadro com a movimentação:

	Móvel arrendado		Máquinas e equipamentos	Total de ativos
Custo				
Adoção inicial em 01/04/19	26.454	8.235	34.690	
Adições	1.715	2.10	1.925	
Em 2020	28.170	8.445	36.615	
Depreciação acumulada				
Adições	(1.641)	(4.396)	(6.037)	
Em 2020	(1.641)	(4.396)	(6.037)	
Total Direito de uso				
Em 2020	26.529	4.049	30.578	

12. Fornecedores

	Nota		2020	2019
Mercado interno			6.230	7.396
Mercado externo			1.075	-
Partes relacionadas			16	2.637
Total			9.942	10.323

A exposição da Companhia a riscos de liquidez relacionados a contas a pagar a fornecedores é divulgada na Nota Explicativa nº 15.

13. Empréstimos e financiamentos e Passivo de arrendamento

a) **Empréstimos e financiamentos:** Esta nota explicativa fornece informações sobre os termos contratuais dos empréstimos com juros, que são mensurados pelo custo amortizado.

Modalidade	Moeda	Indexador	Taxa média anual de juros		Ano de vencimento	2020	2019
Empréstimo Direto	EUR	Taxa prefixada	0,61%	2021	40.754	30.918	
NCE-Nota de Crédito de Exportação	USD	Taxa prefixada/Libor 03	2,03%	2020 a 2024	208.224	-	
BNDES-FINEM	R\$	Taxa prefixada	2,50%	2020 a 2022	1.514	1.893	
BNDES-FINEM	R\$	Taxa prefixada/TJLP	8,21%	2020 a 2024	44.547	58.294	
BNDES-FINEM	R\$	TJLP	6,35%	2020 a 2024	174	219	
Total de empréstimos e financiamentos					295.213	91.324	
Passivo circulante					55.277	14.322	
Passivo não circulante					239.936	77.002	

Termos e cronograma de amortização da dívida: Os termos e condições dos empréstimos em aberto foram os seguintes:

Modalidade	2020		2019	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Empréstimo Direto Externo	40.754	32.373	30.918	30.940
NCE-Nota de Crédito de Exportação	208.224	192.997	-	-
BNDES-FINEM	46.235	46.235	60.406	60.406
Total	295.213	271.605	91.324	91.346

Vencimentos do principal e juros dos empréstimos e financiamentos em 31 de março de 2020

	2020		2019	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Até 6 meses			7.181	-
Entre 6 meses e 1 ano			48.096	-
Entre 1 ano e 2 anos			14.133	-
Entre 2 anos e 5 anos			225.803	-
Mais que 5 anos			-	-
Total			295.213	-

(i) Conciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa decorrentes da atividade de financiamento:

	Retenção de Lucros (Patrimônio Líquido)		Empréstimos bancários		Passivo de arrendamento		Total
Em 2019	198.365	91.324	-	-	-	-	289.689
Dividendos pagos	(196.339)	-	-	-	-	-	(196.339)
Empréstimos e financiamentos tomados	-	186.000	-	186.000	-	-	372.000
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	-	(14.152)	-	(14.152)	-	-	(28.304)
Pagamento de passivo de arrendamento	-	-	-	(7.861)	-	(7.861)	(15.722)
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	(196.339)	171.848	-	(7.861)	-	(7.861)	(32.352)
Outras variações							
Juros e variação cambial sobre empréstimos e financiamentos	-	35.515	-	35.515	-	-	71.030
Juros pagos sobre empréstimos e financiamentos e arrendamento	-	(3.474)	-	2.883	-	(591)	(1.082)
Outras variações	29.906	-	36.615	66.521	-	-	133.042
Total das outras variações	29.906	32.041	39.498	101.445	-	-	172.890
Total	31.932	295.213	31.637	358.782	-	-	717.752

b) **Passivo de arrendamento:** A Companhia é arrendatária dos seguintes ativos: Área localizada no Porto de Santos de aproximadamente 50.392 metros quadrados, utilizada na armazenagem e exportação de graneis, onde suas instalações estão edificadas com contrato de concessão até março de 2036. Equipamentos para armazenagem e movimentação de produtos (pás carregadeiras e tratores) utilizados nos Terminais de transbordo em Ribeirão Preto-SP e São José do Rio Preto-SP e Terminal de exportação de graneis em Santos-SP. Equipamentos para limpeza e sucção de resíduos (caminhão para sucção e caminhão varredura) utilizados no Terminal de exportação de graneis em Santos-SP. Todas as cláusulas restritivas do contrato de arrendamento operacional vêm sendo plenamente atendidas pela Companhia.

	Pagamentos futuros mínimos de arrendamentos		Valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento	
2020				
Menos de um ano	4.546	2.705	-	1.841
Entre um e cinco anos	16.417	9.235	-	7.182
Mais de cinco anos	35.543	12.929	-	22.614
Total	56.506	24.869	-	31.637

14. Provisão para contingências

A Administração da Companhia, com base em informações de seus assessores jurídicos, analisou as demandas judiciais pendentes e, quanto às ações tributárias e trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, como a seguir:

	Tributárias	Trabalhistas	Total
	Em 2018	15.905	1.756
Provisões feitas e atualizações durante o exercício	312	2.232	2.544
Provisões utilizadas durante o exercício	-	(589)	(589)
Em 2019	16.217	3.399	19.616
Provisões feitas e atualizações durante o exercício	40	1.089	1.129
Provisões utilizadas durante o exercício	(3.439)	(439)	(3.878)
Em 2020	12.818	4.049	16.867

Para as contingências apresentadas acima existem depósitos judiciais no montante de R\$ 16.156 em 31 de março de 2020 (R\$ 15.155 em 31 de março de 2019). A Companhia possui outros processos tributários, cíveis e trabalhistas, cujas avaliações efetuadas por seus assessores jurídicos são consideradas como de risco de perda possível e eventuais perdas financeiras foram mensuradas no montante de R\$ 12.704 em 31 de março de 2020, já deduzindo os valores incluídos no Programa Especial de Parcelamento - PEP. Programa Especial de Parcelamento - REFIS: O Programa Especial de Parcelamento - REFIS reduziu os juros e as multas punitivas e moratórias, bem como os honorários na liquidação de débitos fiscais relacionados ao IPTU dos débitos com fatos geradores ocorridos até 15 de dezembro de 2019. Foram selecionados pela Companhia os débitos de IPTU para pagamento à vista com desconto de multa e juros, sendo o montante de R\$ 3.879, após os descontos, foi reduzido para R\$ 2.648.

15. Instrumentos financeiros

a. **Classificação dos instrumentos financeiros e valor justo:** Durante os exercícios findos em 31 de março de 2020 e 2019, não foi realizada nenhuma reclassificação de instrumentos financeiros. **Valor justo versus valor contábil:** Os valores justos dos ativos e passivos financeiros, juntamente com os valores contábeis apresentados no balanço patrimonial, são os seguintes:

	DIRETORIA		CONTADORA	
Luis Roberto Pogetti		Julio Alvarez Boada		Pedro Augusto Paranhos de Oliveira
Diretor Presidente		Diretor		Diretor
João Roberto Gonçalves Teixeira		Matheus Cotta de Carvalho		Tomás Caetano Manzano
Diretor Superintendente		Diretor		Diretor

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos

16. Partes relacionadas

	Nota		2020	2019
Ativo circulante				
Contas a receber				
Copersucar S.A.			234	795
Alvean Sugar S.L. (a)			13.044	13.505
Total			7	13.278
Dividendos a receber			169	-
Sugar Express S.A.			-	-
Passivo circulante				
Fornecedores				
Copersucar S.A.			782	1.072
Alvean Sugar S.L. (a)			1.855	1.855
Total			12	2.637
Dividendos (b)				
Copersucar S.A.			6.345	10.339
Passivo não circulante				
Partes Relacionadas				
Copersucar S.A.			47	74
Venda de serviços				
Alvean Sugar S.L.			2020	2019
Cooperativa			69.560	112.143
Copersucar S.A.			2.301	2.230
Total			5.621	4.770
Total			77.482	119.143

Operações com partes relacionadas são transações realizadas entre a Companhia e demais partes relacionadas (Cooperativa de Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Alcool do Estado de São Paulo, Copersucar S.A. e Alvean Sugar S.L.) e referem-se, basicamente, a: **Vendas de serviços** - Operações de vendas de serviços portuários, comercializados conforme contrato firmado entre as partes, em condições semelhantes àquelas realizadas com terceiros, considerando-se os volumes, riscos envolvidos e políticas corporativas. (a) Os saldos apresentados com a Alvean Sugar S.L. referem-se à prestação de serviços de elevação e *Take or Pay* decorrentes de volumes embarcados inferiores ao estabelecido em contrato. Ao final do exercício foi registrado um contas a receber no montante de 48.006 a título de *"Take or Pay"* com o cliente Alvean Sugar S.L., modalidade contratual onde cobramos uma penalidade pelo não cumprimento da quantidade prevista para elevação na safra, uma vez que disponibilizamos estrutura operacional para atender nossos clientes. **Valores passivos** - (b) Dividendos a pagar para controladora direta. **Garantias ou avais e fianças recebidas de partes relacionadas:** Os empréstimos e financiamentos abaixo são avaliados pela parte relacionada Cooperativa e Copersucar S.A.

Tomadora	Modalidade de financiamento	Vencimento	2020	2019
Companhia Auxiliar de Armazéns Gerais	Empréstimo Direto Externo (em EUR)	2021	40.754	(a)
Companhia Auxiliar de Armazéns Gerais	NCE-Nota de Crédito de Exportação	2020 a 2024	208.224	(b)
Companhia Auxiliar de Armazéns Gerais	BNDES - FINEM (em BRL)	2020 a 2024	46.235	(a)
Total			295.213	

(a) Nota Promissória (120%) e Cooperativa como avalista/garantidora. (b) Nota Promissória (100%) e Cooperativa como avalista/garantidora.

Compromissos contratuais com partes relacionadas: A Companhia Auxiliar de Armazéns Gerais foi contratada pela Alvean Sugar S.L., para a prestação de serviços de armazenagem, embarque de açúcar VHP a granel para exportação em sistema de *pool* no terminal da contratada, localizada no Porto de Santos, de um volume estimado de 5.500.000 (cinco milhões e quinhentos mil) toneladas de açúcar a granel, com tolerância de 10% para mais ou menos. A quantidade total será embarcada até 31 de março de 2021. Há ainda a prestação de serviço de armazenagem e transbordo de açúcar nos terminais multimodais de Ribeirão Preto e São José do Rio Preto para a Copersucar S.A. e a Cooperativa.

17. Patrimônio líquido

O capital social da Companhia é de R\$ 52.657 em 31 de março de 2020 e 2019, representados por 2.019.843 ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, conforme aumentos descritos na Nota Explicativa nº 2. **Reserva de lucros: Reserva legal:** É constituída à razão de 5% do lucro líquido ajustado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. **Reserva de retenção de lucros:** Os lucros acumulados apurados até 31 de março de 2020 foram reclassificados no patrimônio líquido de lucros acumulados para reservas de lucros, e estão à disposição dos acionistas. **Ajuste de avaliação patrimonial:** A reserva para ajustes de avaliação patrimonial inclui ajustes por adoção do custo atribuído do ativo imobilizado em 1º de abril de 2009. Os valores registrados em ajustes de avaliação patrimonial são reclassificados para o resultado do exercício integral ou parcialmente, por meio da depreciação dos ativos a que eles se referem. **Ajuste do hedge** de fluxo de caixa conforme descrito na Nota Explicativa nº 15 (risco cambial). **Dividendos:** O estatuto social da Companhia determina a distribuição de dividendos limitada a 25% do lucro líquido do exercício ajustado na forma da lei.

Proposta de destinação do resultado do exercício de 2020

	2020	2019
Lucro líquido do exercício	26.717	26.717
Reserva legal	(1.335)	(1.335)
Lucro líquido do exercício ajustado	25.382	25.382
Porcentagem sobre o lucro líquido ajustado	25%	25%
Dividendo mínimo obrigatório	(6.345)	(6.345)
Reserva de lucro	19.037	19.037
Em assembleia geral extraordinária realizada em 11 de março de 2020 foi aprovado a distribuição de dividendos intermediários à acionista Copersucar S.A., no valor total de R\$ 186.000, abatido da conta de Reserva de Lucros, nos termos previstos no Artigo 18 do Estatuto Social, conforme referido no último balanço anual da Companhia, datado em 31 de março de 2019.		